

HENRI BERGSON E A SIMBIOSE COGNITIVO-PSÍQUICA NA RELAÇÃO SUBJETIVIDADE & TRABALHO

Gilbert Cardoso Bouyer¹

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é ampliar o atual cenário teórico da área “Saúde Mental e Trabalho”, de acordo com a filosofia de Henri Bergson e seus conceitos de percepção, cognição, duração, vida psíquica, tempo e subjetividade. Este texto teórico-filosófico objetiva esclarecer, sob um novo ponto de vista, as relações entre filosofia da mente e os atuais esforços em direção a uma teoria científica da cognição, com sua complexa estrutura de teorias, hipóteses e disciplinas. Há, neste artigo, uma nova abordagem para compreender as ciências cognitivas contemporâneas, segundo um tipo de investigação fenomenológica iniciada pela fenomenologia de Husserl. Os métodos empregados foram revisão sistemática e adaptação dos conceitos de Bergson, e sua naturalização no atual contexto dos princípios epistemológicos e ontológicos das ciências cognitivas, para uma análise fenomenológica da relação entre trabalho e saúde mental. As atuais contribuições da Fenomenologia de Husserl foram usadas para compreender as relações entre saúde mental e trabalho. Há também referências à filosofia aplicada nas ciências cognitivas contemporâneas, baseadas na proposta teórico-filosófica de Bergson.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Cognitivas. Henri Bergson. Fenomenologia de Husserl.

INTRODUÇÃO

O trabalho não é jamais neutro sobre a vida psíquica do sujeito. O objetivo da presente pesquisa teórico-filosófica é oferecer um novo ponto de vista teórico-filosófico, e demonstrar tal fato com base nas contribuições da filosofia de Henri Bergson (BERGSON, 2007, 2004, 1999) – rigorosamente apontadas também por Gilles Deleuze, sob a sua denominação de *bergsonisme* (DELEUZE, 1966) – culminando com aspectos já comprovados por outros autores do campo “saúde mental & trabalho” (DERRIENNIC; VÉZINA, 2001; AMADO, 2010). Por ora, uma contribuição filosófica, também, para a epistemologia, no que tange ao paradigma cognitivo da enação ou cognição incorporada (ARENDDT, 2000).

¹ Professor Adjunto no Campus da UFOP na Cidade de João Monlevade – MG. Doutor em Engenharia de Produção pela USP-SP. - gilbertcb@uol.com.br

Neste texto, a noção de vida psíquica guarda semelhanças igualmente com a demonstrada por Dilthey (2002), quanto à indivisibilidade e ao caráter de unidade integral desta. Existe uma íntima relação entre a experiência subjetiva mais íntima, enquanto *Erlebnis* (HUSSERL, 1973b) ou vivência (AMARAL, 2004), e a atividade de trabalho, o que pode implicar, para quem trabalha, tanto consequências positivas quanto negativas da relação ambígua normal/patológico (CANGUILHEM, 1997).

Do ponto de vista de uma fenomenologia ontológica (PETITOT et al., 1999; VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993), trabalhar não é apenas produzir ou executar atos no mundo físico. Isso é uma visão superficial que acomete os observadores externos ao acoplamento sujeito-mundo (THOMPSON, 2005; MERLEAU-PONTY, 2005; GIBSON, 1979) do trabalho. Trabalhar é vivenciar uma experiência – e aqui experiência tem o mesmo significado dado pela fenomenologia de Husserl, atualmente incorporada pelas ciências cognitivas, em especial na noção husserliana de fenômeno de percepção corporificada ou *Leibhaftigkeit* (PACHERIE, 1999). Hoje, verifica-se, na *epistème* pós-moderna, uma *fenomenologia naturalizada* e aplicada nos sofisticados laboratórios das ciências cognitivas (LUTZ et al., 2001): algo inédito na história da filosofia, e uma *ruptura paradigmática* (KUHN, 1970) com a concepção corrente de ciência (CHALMERS, 1999; MORIN, 1982).

Além disso, o resultado do trabalho jamais é consequência do cumprimento de normas e regras impostas externamente pela tarefa (GUÉRIN et al., 1997). O que se observa, como fruto do trabalho, é uma parte da vida psíquica do sujeito materializada no tempo presente (BERGSON, 1999), como já demonstrado na psicologia do trabalho (BATIONO-TILLON et al., 2010) – ainda que a tarefa seja pautada por prescrições, pela rigidez dos sistemas de gestão e pelo controle exacerbado dos tempos e resultados por modernos sistemas de informação.

Ou seja, podemos alcançar uma nova definição para o trabalho, mais realística do ponto de vista ontológico do ser em atividade. Trabalhar é materializar no presente parte da vida psíquica. Isso traz implicações graves para a relação sujeito-trabalho. Vejamos.

Em primeiro lugar, é bastante coerente, no campo da saúde mental & trabalho, a teoria de que quem exerce uma atividade de trabalho desenvolve, com ela, fortes vínculos afetivos, independentemente de que tipo de trabalho estejamos falando (DEJOURS, 1998, 1999, 2009). Logo, o sujeito coloca

parte de si em seu trabalho, e com ele desenvolve uma relação de intimidade, de afetividade, de vivência interior, que dificilmente podem ser verbalizadas ou traduzidas em alguns tipos de linguagem (DERRIDA, 1967). Um vínculo mudo, “de corpo e alma” (num sentido metafórico).

Os sujeitos se apegam aos seus trabalhos, e isso ocorre de forma independente do salário, das gratificações e das premiações. Trata-se de um vínculo ontológico, que existe desde os homens das cavernas. Ao construir um instrumento, na era primitiva, o homem já exercia um vínculo afetivo com seu trabalho, da mesma natureza do que vai existir ainda na vida pós-moderna. O mesmo se notava no trabalho dos artesãos dos primórdios de uma época anterior ao surgimento do modo capitalista de produção.

É um equívoco enxergar um enfraquecimento do vínculo ontológico entre trabalho e vida psíquica, com o advento do mundo capitalista. Mesmo na esteira de Ford, a vinculação afetiva entre sujeito-mundo do trabalho era intensa, e se a esteira produzia a contento, não era devido aos métodos de fragmentação, parcelamento e controle do trabalho (e seu tempo objetivo), mas, de fato, devido à implicação afetiva dos sujeitos da esteira ao seu trabalho fragmentado. Ainda que a tarefa parcele o tempo e os movimentos, ou fragmente os gestos do trabalhador, um fato ontológico jamais pode ser escamoteado da análise científica: o trabalho jamais fragmentou a vida psíquica do sujeito. A interioridade nunca se fragmenta pela tarefa parcelada. O que acontece é outro fenômeno: a vida psíquica sofre severas consequências com o modo e o formato parcelado do processo de produção e suas tarefas, mas jamais perde sua unidade, que na filosofia surge sob o termo *unidade ôntica*.

O fato é tão inegável que, nos modernos sistemas de trabalho e produção contemporâneos, verifica-se a apropriação e a exploração, pelo capital, dessa unidade ôntica, e dessa vinculação afetiva ontológica com o trabalho, em prol de maiores ganhos de produtividade e rentabilidade (CLOT, 1995). Nunca, jamais em tempo algum da história dos processos de trabalho e de produção, solicitou-se tanto engajamento subjetivo dos trabalhadores. A condição de manutenção do emprego (não do trabalho), hoje, é o envolvimento subjetivo intenso, algo como “dar sangue” ou “dar a alma” pela atividade de trabalho (LINHART, 2010). Todavia, isso não seria possível de uma forma representacionista, sem o verdadeiro engajamento corporificado pela intencionalidade perceptiva ou *Leibhaftigkeit* (HUSSERL, 1973a) dos trabalhadores. Palavras como aderir, engajar-se, motivar-se, comprometer-se, aliar-se, ser cúmplice, “vestir a camisa da empresa”, dar algo a mais, decidir, solucionar, ou antecipar-se – são todos

termos que se encontram presentes na vida de trabalho dos sujeitos, no cenário produtivo do capitalismo pós-moderno.

O que se mostra necessário de perceber é que essa apropriação psíquica somente é possível porque entre o sujeito e o mundo do trabalho já existe, desde que o homem é homem (ou seja, desde quando deixou de ser o homem das cavernas), um acoplamento do tipo sujeito-mundo do trabalho o qual envolve as estruturas de consciência e sensorio-motoras na atividade (THOMPSON, 2005). O trabalho anexa corpo e vida psíquica, para usarmos uma expressão dualista, mas significativa. No entanto, não existe a distinção cartesiana entre essas duas categorias, mas, em sintonia com a noção de *Leibhaftigkeit* de Husserl, a “alma” do trabalhador, enquanto intencionalidade motora (PACHOUD, 1999) e cinestésica, ou intencionalidade perceptiva (não-informacional e simbólica), está toda incorporada em seus atos e ações de trabalho (numa simbiose husserliana cognitivo-psíquica, sensorio-motora, antidualista e anticartesiana), fazendo-se corpo e desaparecendo como categoria abstrata vigente no pensamento de Descartes. O corpo é o espírito, para Maurice Merleau-Ponty: “[...] *eu sou meu corpo*” (MERLEAU-PONTY, 2005), pelo trabalho, na unidade ôntica da vida psíquica que não se fragmenta e se torna presença – estar-no-mundo, conforme Heidegger (2005).

Como já o frisamos, isso pode ter consequências positivas ou negativas. Por exemplo, negativas, quando a hipersolicitação da vida psíquica, da interioridade, pelo capital, levam o trabalhador ao excesso de trabalho, elevando a carga de trabalho (psíquica, cognitiva e física) a valores alarmantes (GUÉRIN et al., 1997). Desse processo de envolvimento psíquico (e corporal-cognitivo), desmedido, com o trabalho, percebem-se quadros alarmantes de síndromes, transtornos e patologias diferentes espécies na dimensão psíquica.

As consequências positivas ocorrem em casos nos quais a rigidez da prescrição, do controle pelo capital e da disciplina cede espaço à livre iniciativa, à autonomia, ao autocontrole, à adaptação e à livre regulação das cargas de trabalho e modos operatórios. Nesses casos especiais, tendem a ocorrer o fluxo criativo e a produção do trabalho como arte (não necessariamente artístico), em experiências vivenciadas de liberdade para criar e “ser si mesmo” (SCHWARTZ, 1996) no trabalho. Negativo e positivo: duas faces da mesma moeda da relação vida psíquica & trabalho, como discutido a seguir.

PROBLEMA DE PESQUISA TEÓRICO-FILOSÓFICA

Não se trata aqui de negar o fenômeno da alienação no trabalho. No caso da face negativa da moeda, verifica-se, nos cenários produtivos contemporâneos, uma espécie de “desposseção de si mesmo” em benefício dos interesses do capital (LINHART, 2010). Em outras palavras, a vida psíquica se integra por inteiro a interesses que não são particularmente íntimos e particulares do sujeito, mas da empresa, da produção e do capital, de uma forma mais ampla. No entanto, mesmo aí o fenômeno ontológico da relação entre a vida psíquica e o trabalho não se dissolve. O trabalhador, ainda que possuído por uma espécie de controle e dominação tácita, implícita, de sua interioridade, vincula-se de uma forma especialmente forte à sua atividade, o que passa a ser explorado pelos interesses do capital, que lhe são estranhos.

Novamente, não temos como atribuir apenas uma visão negativa ou positiva a um fenômeno ontológico, que comporta as duas facetas. Observa-se, na verdade, uma fragilização da autonomia, da livre iniciativa e da liberdade de regulação das próprias cargas de trabalho, em um mundo que personaliza mais e mais as relações impessoais, em proveito de interesses mais amplos e desconectados dos interesses individuais do sujeito (AMADO, 2010).

Mas, por outro lado, esse envolvimento, hoje em dimensões exacerbadas se comparado ao que ocorria no tempo do fordismo, conduz também a uma espécie de anestesia e de ressignificação, por parte do sujeito com o seu trabalho. Ele deixa de se afirmar mais como indivíduo para se aliar a um objetivo global de acumulação do capital. Há uma perda de identidade? Sim, ela existe e pode ser considerada deveras grave, num processo, como destacado, de “desposseção de si mesmo” e reapropriação do si pelo Outro (LINHART, 2010).

Contudo, a epistemologia se questiona entre o que é melhor ou pior: a individualidade da esteira fordista ou a hipersolicitação afetiva e psíquica do trabalho coletivo e socializado da produção contemporânea? Novamente, reafirmamos que a resposta não pode ser nem somente negativa nem somente positiva, visto que ela comporta as duas dimensões, dependendo da perspectiva de análise e da situação que estejamos investigando – lembrando que um fato igualmente inegável da contemporaneidade do trabalho pós-moderno é o que denominaremos a perda de univocidade: nenhuma resposta é certa para todas as situações (CLOT, 2004).

Uma outra perspectiva negativa do processo de hipersolicitação da vida psíquica, em prol da produtividade e da lucratividade das corporações capitalistas, é, em alguns cenários, a conversão do trabalhador em peça descartável. Isso representa um choque entre duas tendências antagônicas, o qual tende a gerar impactos severos sobre a saúde mental dos trabalhadores. Vejamos. Por um lado, o sujeito é cooptado a se envolver intimamente com seu trabalho, a se engajar, a fornecer seus esforços e sua interioridade (psíquica e cognitiva) em prol da “empresa”. Por outro lado, ele vivencia a experiência do medo de ser dispensado a qualquer momento, por razões que fogem do seu controle e que não podem ser dominadas pelo seu engajamento nem por sua adesão incommensurável ao trabalho (DEJOURS, 1998). Vivencia-se, portanto, uma contradição insuperável na vida interior. O sujeito do trabalho alia-se, torna-se cúmplice e fornece o melhor de si ao sistema, porém, ao mesmo tempo, não obtém qualquer segurança ou garantia de reconhecimento de longo prazo, de permanência no trabalho e nem pode ter qualquer certeza quanto à manutenção do emprego.

A incerteza e o medo, nessa perspectiva, dilaceram a subjetividade, trazendo danosas consequências para a estrutura psíquica do sujeito. Não é possível, também, traçar uma narrativa de vida (SENNETT, 1998) junto a um determinado cargo, ou mesmo construir uma história de longo prazo, numa duração que ressoe em uníssono com a duração da vida psíquica (BERGSON, 2007, 2004), haja vista que os prazos, o tempo e a temporalidade da dinâmica do capital são absolutamente incongruentes e incompatíveis com a duração e a temporalidade da história de vida e da vida psíquica do sujeito. Novamente, verifica-se uma contradição interior que tende a lançar a pessoa para as teias do distúrbio, das síndromes e dos transtornos mentais (CLOT; LHUILIER, 2010).

A vida psíquica possui uma duração própria (BERGSON, 2007), indivisível. “Há simplesmente a melodia contínua de nossa vida interior – melodia que prossegue e prosseguirá, indivisível, do começo ao fim de nossa existência consciente” (BERGSON, 2004, p.172, trad. nossa). É característica ontológica, da existência, a necessidade de materialização, daquilo que está em devir na temporalidade não-cronológica da duração, para o plano do presente (plano P, na Figura 1 a seguir). Pelo trabalho, isso se torna possível, ou seja, por intermédio do agir, o sujeito projeta o seu mundo interior no mundo exterior, na interação, conforme já discutimos, de mútua relação entre sujeito-mundo – acoplamento estrutural (THOMPSON, 2005). Ninguém pode prescindir da necessidade de trabalhar, ou seja, não estamos aludindo à necessidade de

emprego nem de subsistência, mas da nossa última definição de trabalho (entre várias possíveis...), qual seja, de projetar, no mundo exterior, a sua própria interioridade; de materializar aquilo que se encontra nos recônditos da experiência mais íntima e subjetiva, no “aí-para-si” do mundo social e cultural (RICOEUR, 1974). Disso depende a existência (na visão existencialista/fenomenológica) e, aqui, o bem-estar e a saúde mental. Ou seja, o trabalho, ontologicamente, é a chave desse processo, tão necessário à vida – no sentido dado por Dilthey (2002) – quanto a alimentação, o sono e as demais funções fisiológicas.

Todavia, se a *duração bergsoniana* da vida psíquica guarda uma temporalidade própria (BERGSON, 2007, 2004, 1999), ela também encontra severas restrições em se fazer presença no mundo contemporâneo – ou *pre-sença* (HEIDEGGER, 2005), pautado pelo tempo imediatista das imposições do modo capitalista de produção, e sua imediatez. O sujeito precisa encontrar brechas, no processo de produção do capital, para fazer sua vida interior fluir no *real do trabalho* (DEJOURS, 2009). A tarefa capitalista, permeada de constrangimentos e imposições prescritivas, não impede totalmente essa materialização de si no mundo objetivo, mas, em alguns casos, ela pode ofuscar a *pre-sença*. Novamente, a ontologia do trabalho real mostra que a projeção da vida psíquica, no universo material, nunca deixou de existir em nenhuma época e em nenhum processo de trabalho (mesmo capitalista), pois, sem ela, não temos como definir o próprio trabalho. No entanto, nem todos os sujeitos dispõem da autonomia e da liberdade ideais para esta materialização e consolidação de si pelo agir da atividade de trabalho. O trabalho real (GUÉRIN et al., 1997) mostra que esse processo psíquico ocorre, muitas das vezes, nas brechas, nas malhas da disciplina e do poder de controle do capital, na existência e na *pre-sença* da criatividade, da inteligência da prática ou inteligência astuciosa (DEJOURS, 1999), que sempre estão em estado de alerta ou intencional – conforme noção clássica de *intencionalidade* na filosofia (SEARLE, 1992, 1983), de modo a sanar os empecilhos e obstáculos (a facticidade...) que podem interromper o processo de trabalho – o revés do real do trabalho. Uma inteligência do corpo que engaja a subjetividade (cognição e afeto) numa luta com a resistência do real (DEJOURS, 2009).

O trabalho demanda um “colocar-se a si próprio” em exercício de estar-no-mundo (HEIDEGGER, 2005), na atuação corporificada, inteligente, criativa e ao mesmo tempo implícita, tácita e clandestina, e até transgressora (DEJOURS, 1999), de solucionar problemas que o Outro não percebe, ou corrigir disfuncionamentos, falhas e imprevistos que o real do trabalho

sempre impõe aos trabalhadores, no caráter de facticidade. De certa forma, todo trabalho é então uma arte. A arte de solucionar o que não foi previsto nas normas, mas que requer habilidades e saberes tácitos para permitir que a produção continue em seu caráter de aparente continuidade.

Nessas situações, a duração da vida psíquica pode se materializar de forma a manter a temporalidade do capital e sua imediatez. No entanto, conforme já discutido, o tempo de intervenção sobre um elemento da facticidade do real, como um imprevisto, uma pane ou um defeito de qualidade, embora possa ser medido em segundos, ele, de fato, abriga outra temporalidade e outra duração: o tempo histórico de desenvolvimento da percepção ali necessária (ARENDDT, 2000), e das habilidades sensório-motoras envolvidas numa ação incorporada, numa cognição situada e também incorporada. O tempo da tradição (GADAMER, 2004). O ponto de vista fisicalista (SMITH, 1999) de avaliação do trabalho não compreende essa duração da vida psíquica nem sua materialização (BERGSON, 1999). Isso resulta em graves riscos para os trabalhadores (acidentes, adoecimentos), que, dotados de *expertise*, podem ter a sua atividade classificada como simples ou como descartável, ao passo que ela é, de fato, ontologicamente complexa (VASCONCELOS et al., 2008), sob a égide da noção de complexidade na filosofia contemporânea (MORIN, 2000, 1990, 1982; LE MOIGNE, 2000).

Esse ponto de vista da inteligência da prática ou astuciosa (DEJOURS, 2009), pautada pelo saber fazer tácito, responde, em parte, à dúvida ontológica sobre onde, quando e como, em muitas atividades, a vida psíquica vai se materializar no mundo concreto, haja vista que isso, como afirmado anteriormente, é uma necessidade da vida (DILTHEY, 2002), a qual tende a ser ofuscada pelo modo capitalista de produção e seus sistemas de trabalho, em todos os setores da economia. As situações descritas, de exercício do saber-fazer incorporado, respondem a essa questão. O sujeito coloca sua vida interior, com uma outra duração, em parte, nos casos em que o processo de produção requer dele uma decisão, uma iniciativa e uma solução criativa para problemas, obstáculos (a facticidade...), e imprevistos, que não foram pensados de antemão e que sequer são descritos na tarefa pelo objetivismo (GUÉRIN et al., 1997).

Existe, portanto, uma interligação entre a dimensão cognitiva e a dimensão psíquica do trabalho. Essa hipótese é de crucial importância para a compreensão entre as relações trabalho-saúde mental (ou trabalho-adoecimento psíquico). Designaremos esta íntima relação entre cognição e

afeto, e entre cognição e vida psíquica, por simbiose cognitivo-psíquica no trabalho. A hipótese deste artigo encontra-se explicitada a seguir.

A SIMBIOSE COGNITIVO-PSÍQUICA NO TRABALHO

Por conseguinte, a materialização do si no mundo real (usando aqui uma denominação do senso comum, por fins de clareza), ao que podemos chamar de obra (DEJOURS, 1999, 2009), dá-se pelo exercício da inteligência astuciosa, ou da inteligência da prática, nos interstícios da organização do trabalho rígida, de parcelamento e fragmentação, com sua matriz disciplinar e de controle do capital produtivo sobre o trabalho humano (BRAVERMAN, 1974; GORZ, 1988). Como visto, é na solução de problemas não percebidos por outros atores que o trabalhador emprega seu saber-fazer, tácito, e não convertido em símbolos e regras das linguagens convencionais (DERRIDA, 1967). Esse emprego do saber-fazer tácito, ou da inteligência astuciosa (da prática), ocorre pela mobilização de sofisticados mecanismos cognitivos envolvendo percepção e ação (PACHOUD, 1999). Como já bem demonstrado pela fenomenologia de Edmund Husserl, e posteriormente pela fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty (THOMPSON, 2005), trata-se de um saber corporificado ou incorporado, que demanda o empenho de habilidades sensório-motoras, e do próprio movimento do corpo (PACHOUD, 1999). Não um movimento como o dos dispositivos físicos, mas um movimento do corpo fenomenal, descrito por Maurice Merleau-Ponty (MERLEAU-PONTY, 2005), como a intencionalidade motora, ou como em Husserl, da cinestesia e do movimento corporal empenhados (e desempenhando uma função crucial) na percepção (HUSSERL, 1973a), tal qual nas descrições de Edmund Husserl para os conceitos de *kinesthetic sensations* e *Leibhaftigkeit*, em sua obra *Ding und Raum: Vorlesungen 1907* anteriormente citada (1973a).

Estariamos num mundo solipsista, em que o sujeito vivenciaria a sua obra trancado em si mesmo, não fosse a noção de reconhecimento da obra (DEJOURS, 1999), a qual remete para o campo da intersubjetividade fenomenológica (HUSSERL, 1973b). O reconhecimento da materialização cognitivo-psíquica do saber-fazer no mundo da produção (obra) é de fundamental importância para a consolidação da identidade do sujeito, como será discutido. O reconhecimento do trabalho é social, e depende do Outro para a sua realização. Chegamos então a um ponto em que podemos concluir que o sujeito do trabalho tem uma dupla necessidade existencial: de materializar sua vida psíquica no mundo, pelo exercício de suas habilidades, de seu saber-

fazer, de sua competência incorporada. Tal fenômeno envolve a simbiose cognitivo-psíquica, que, como já discutido, implica mobilizar esses recursos cognitivos, no mundo objetivo, de modo a nele projetar sua vida interior. A dupla necessidade, pois, diz respeito tanto de fazer essa projeção cognitivo-psíquica na materialidade do mundo quanto de obter o reconhecimento da obra resultante – ambos pelo trabalho.

Na Figura 1, vemos o movimento de projeção da vida interior no contexto material presente representado, por Bergson, como o Plano P. A dimensão da vida psíquica bergsoniana é representada pela base do cone invertido, reta AB. A dupla seta que liga AB ao ponto S representa a materialização da interioridade no mundo material (sentido descendente) e a satisfação (prazer), pelo reconhecimento, enquanto necessidade psíquica em relação ao universo social do sujeito (sentido ascendente). O ponto S é o momento presente, de ação, percepção e sensório-motricidade corporais.

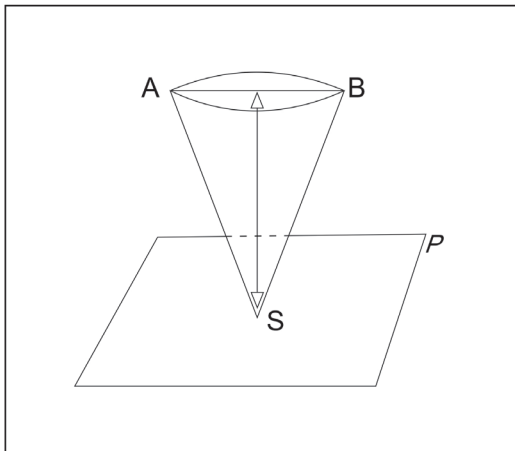


Figura 1 – Necessidades de: a) materialização da vida psíquica e b) reconhecimento.

Temos que o movimento de AB até S é uma necessidade básica de todo sujeito. Como discutido, é pelo trabalho que esse processo de projeção da vida psíquica se verifica, na realidade. O ponto S representa também o corpo. Conforme explicado, é pelo saber-fazer corporificado, pelas habilidades de caráter sensório-motor, que a obra se realiza materialmente. Portanto, o ponto S nada tem de espiritual ou abstrato. S consiste unicamente em matéria, em percepção, em sensório-motricidade, movimento, ação e cognição incorporada

e situada. O ponto S é o corpo que age e se movimenta no trabalho e, no presente contexto, funciona como um “lugar de passagem” da vida psíquica para a vida material (BERGSON, 1999); para o mundo concreto dos objetos e demais elementos objetivos do trabalho.

O ponto S é de natureza sensório-motora e cinestésica. Por exemplo, quando um trabalhador percebe o ruído anormal de uma máquina, entre centenas de outros estímulos auditivos que lhe alcançam, ele está a exercer uma habilidade de caráter sensório-motor situada no Plano P e no Ponto S – algo material e concreto que se dá no presente e no corpo. No entanto, como já sublinhado, essa habilidade material, tácita, sensório-motora, não é algo simples e não cabe na duração do tempo cronológico medido na física clássica (BERGSON, 2007). Trata-se de algo que, embora ocorra em segundos, possui uma história, um longo tempo para o seu desenvolvimento, e funciona como projeção do passado (subjetividade) – o virtual (reta AB), no presente (ponto S no Plano P). O que acontece, ao perceber um ruído e evitar um acidente ou incidente, é que o virtual – a memória e todo o passado, representados pela base do cone invertido na região da reta AB – vem a se projetar, num instante, no ponto S do momento presente.

Aqui podemos ver que o conceito de obra não significa apenas, como no senso comum, uma obra de arte como uma pintura, um filme, uma escultura ou uma poesia. O simples ato (que na verdade é complexo...) de perceber um ruído diferente numa máquina e evitar a sua pane, pode, neste ponto, ser compreendido como o que nós denominamos obra. Esta obra – sua realização – e o reconhecimento da mesma pelo Outro são duas necessidades básicas do sujeito. O reconhecimento permite a vivência de algo representado pelo sentido que vai do ponto S até o topo AB da vida psíquica ou interior: o prazer. Quando a obra é reconhecida como 1) útil, e/ou como 2) bela – julgamentos de utilidade e beleza (DEJOURS, 2009), o sujeito eleva-se do plano material para as vivências de bem-estar, de prazer, experimentadas na interioridade. Portanto, o duplo sentido da seta representa a dupla necessidade existencial: 1) de projeção da vida interna no mundo pela obra (reta no sentido descendente de AB até S); e 2) vivência de prazer pelo reconhecimento do produto do trabalho, da obra (reta no sentido ascendente de S até AB).

A obra é a condensação (materialização), no momento presente, da vida psíquica (BERGSON, 1999, p. 178), enquanto *tempo-subjetividade* ou passado – o virtual. O tempo é a pura subjetividade. Em outras palavras, é a concretização, no Plano P material, no momento presente S concreto,

material, pelas vias do corpo – percepção, cinestesia e sensório-motricidade (PACHOUD, 1999), ou *Leibhaftigkeit* (HUSSERL, 1973a; PACHERIE, 1999) – de parte da vida psíquica (com sua duração própria). O ponto S – o corpo, e a obra por ele engendrada no mundo vivido – estão na dimensão do que pode ser parcialmente descrito, objetivamente, pela ciência, embora a vida psíquica não o seja por completo (DILTHEY, 2002). A obra é o reflexo da duração, da subjetividade, da vivência e do mundo vivido do sujeito. Estes últimos não podem ser inteiramente transcritos pela linguagem da ciência e seus símbolos (DERRIDA, 1967). Logo, o modo como o sujeito tem de se fazer legível ao mundo, de se mostrar pre-sença (HEIDEGGER, 2005), de confirmar sua existência, para si e para o Outro, é pela obra materializada no Plano P e no ponto corporal, encarnado, corporificado, incorporado – sensório-motor, de sensação e percepção - representado por S.

Acompanhando o pensamento de Henri Bergson, o eu normal não se encontra preso ou fixo em nenhuma das duas posições extremas, como bem percebido também por Gilles Deleuze, em seus comentários sobre o bergsonismo (DELEUZE, 1985, 1966). Na realidade, a essência da figura é dinâmica, é movimento, e não algo estático. Ou seja, o si move-se sucessivamente entre as posições extremas, e o fluxo do passado jorra em tempo contínuo, integral, no presente, contribuindo para o seu final como ação sensório-motora (incorporada) no presente – o ponto S (BERGSON, 1999).

Em Bergson, como havia notado Gilles Deleuze, a única subjetividade é o tempo (não-cronológico). Os sujeitos são interiores ao tempo, e não o contrário (BERGSON, 2007, 2004). Tempo é a interioridade na qual os sujeitos vivem e vivenciam. O tempo é uma forma de interioridade. Deleuze ainda define o tempo como *afecção de si por si*, ou seja, pura virtualidade a se desdobrar em afetante e afetado (DELEUZE, 1985). O atual sempre é objetivo, ao passo que o virtual é unicamente subjetivo. A subjetividade nunca é do sujeito, mas sim o tempo: o virtual. O sujeito é que vive imerso no tempo (não-cronológico) enquanto pura subjetividade e não o contrário.

O passado imediato, quando se torna matéria e percepção, é também sensação. Portanto, o ponto S é o local do corpo e sua sensório-motricidade (BERGSON, 1999). Por sua vez, uma sensação não se resume ao estado presente de sua incorporação, mas traduz uma sucessão longa de estímulos mais elementares (BERGSON, 2007). O seu resultado é determinado no presente, como ação e movimento. O presente se constitui, em consequência, por sensação e movimento ao mesmo tempo, enquanto um todo indiviso. Tal

movimento dinâmico está ligado à sensação e a prolonga como ação. O presente do sujeito se torna, assim, um sistema unificado de sensações e movimentos, sendo, por essência, sensorio-motor. O presente guarda uma equivalência com a consciência do próprio corpo. O corpo é essa extensão material que vivencia (experimental), enquanto corpo fenomenal (MERLEAU-PONTY, 2005), sensações, e executa movimentos.

O corpo está situado entre a natureza que influi sobre ele e o plano material sobre o qual ele exerce sua influência, consistindo, na perspectiva de Bergson, um centro de ação (BERGSON, 1999). Algo como um lugar no qual as impressões que são recebidas escolhem inteligentemente o roteiro de se tornarem movimentos com uma finalidade definida, num processo de devir constante, levando daquilo que, na duração psíquica, está em vias de formação (virtual), até a sua concretização material no plano P (atual). Circuito *Atual-Virtual*.

A realidade deve ser então compreendida como continuidade de um devir, sendo o momento presente apenas uma película, instantânea, na qual se projeta todo o passado que transcorre. É a percepção, no entanto, que recorta o presente numa espécie de corte instantâneo, nesse escoamento em fluxo do tempo, no plano do presente. É nessa continuidade de devir que se tem a própria realidade. O momento presente é esse corte quase instantâneo efetuado pela percepção, no fluxo do tempo em escoamento contínuo (BERGSON, 1999). Bergson, precisamente nesse aspecto, se aproxima de Maurice Merleau-Ponty, divergências à parte. Vejamos.

Análoga à relação descrita por Merleau-Ponty, entre temporalidade e percepção (MERLEAU-PONTY, 2005), é a concepção *temporalidade-percepção-sensação*, em Henri Bergson, no tocante à sensorio-motricidade do corpo em S (figura anterior). E, aqui, embora a literatura aponte divergências entre ambos, temos efetivamente um ponto de harmonia entre Henri Bergson e Maurice Merleau-Ponty, precisamente na interface tempo-corpo-percepção. Esse corte (ponto S) é o próprio mundo material. O corpo ocupa o seu centro. Ele permite sentir o mundo material, e também aquele decorrer em fluxo, configurando a atualidade do presente.

A matéria é, em Henri Bergson (BERGSON, 1999), um presente que não cessa de recomençar; e a noção de presente, no bergsonismo, é a materialidade da existência dada em um conjunto de movimentos e sensações (DELEUZE, 1966). Já a vida psíquica pretérita, em sua inteireza, condiciona o estado

presente, sem, entretanto, determiná-lo. Ela se materializa no ato presente, trazendo para este o passado essencialmente virtual. O passado somente pode ser apreendido pelo movimento mediante o qual ele se manifesta como imagem-presente (DELEUZE, 1985) ou atual (em contraponto ao virtual).

BERGSON: COGNIÇÃO, PSIQUISMO E SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

Com essas explicações, estamos agora, parcialmente, em condições de compreender a gravidade desta questão ontológica da simbiose cognitivo-psíquica (SCP) e de suas implicações para a saúde mental (em sentido pleno). Quando ocorre o impedimento dessa projeção de si mesmo no exterior (possível apenas pelo trabalho, em seu sentido pleno), o sujeito se vê aprisionado em si. Encontra-se ameaçado do sofrimento – social e psíquico (RENAULT, 2008; DEJOURS, 1999, 2009) – e do adoecimento. Está, também, sujeito a uma crise de identidade. A Figura 2 representa um sujeito exposto à crise. Trata-se do impedimento do devir no tempo, do fluxo contínuo e ininterrupto do passado ao presente, da criação, da inventividade e da inovação.

Tão grave é o impedimento do reconhecimento, dado pelo sentido ascendente da seta. Quando não tem sua obra (produto do trabalho) reconhecida, o sujeito encontra-se impedido de repatriar esse reconhecimento para a consolidação de sua identidade, ficando ameaçado não apenas do sofrimento psíquico, mas da descompensação de ordem psíquica.

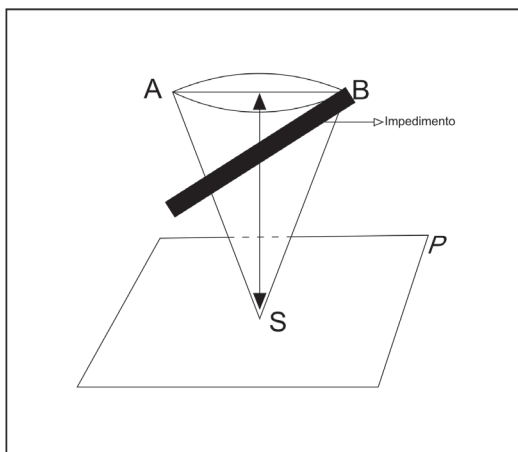


Figura 2 – Impedimento da projeção da vida psíquica no plano material P

Obviamente, estamos tratando de extremos por vias de clareza da exposição da teoria. Alguém poderia se perguntar em qual grau, maior ou menor, o sujeito dispõe de liberdade e de autonomia para projetar si próprio no mundo *pelo* trabalho (pre-sença) ou, ainda, em qual grau, igualmente maior ou menor, ele é impedido disto, *no* trabalho. As respostas não são simples, mas a questão possui contornos científicos bem delimitados (CHALMERS, 1999; MORIN, 1982). A dosagem do “mais ou menos livre/liberdade”, para se fazer *pre-sença* (HEIDEGGER, 2005) no mundo, ou existir pelo agir no trabalho, depende de cada contexto produtivo específico em que o sujeito esteja inserido. Novamente, não temos uma resposta unívoca para uma questão múltipla e complexa. O fato, ontologicamente indiscutível, é que boa parte dos acometimentos patológicos do psiquismo relacionam-se com as *contraintes* (impedimentos) de se projetar, parte de si próprio, no mundo social, pelo agir no trabalho (CLOT, 2004, 2008; FERNANDEZ-ZOÏLA, 2001). O mesmo já demonstrado no caso da escassez de reconhecimento (social) do produto do trabalho: a obra (RENAULT, 2008; DEJOURS, 2009). Para além disso, graus variáveis são possíveis, e para cada caso é viável uma análise histórica que permita avaliar e compreender a problemática, no sentido da hermenêutica (GADAMER, 2004; RICOEUR, 1974, 1963) – mas não quantificar, visto que estamos na ontologia do puramente vivido (HUSSERL, 1973a) e do essencialmente qualitativo – a projeção da vida psíquica no mundo concreto e o reconhecimento da obra decorrente por parte do Outro: o autêntico ponto de vista da intersubjetividade sob a égide da fenomenologia husserliana ou *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität* (HUSSERL, 1973b, p. 394), no sentido de campo intersubjetivo de experiência de comunhão Eu-Outro ou *Vergemeinschaftung*.

Se, nas ciências da natureza, o primordial é a explicação, na vida psíquica, falamos em compreensão. Como afirma Dilthey, ao se referir às ciências do espírito, explicamos a natureza, compreendemos a vida interior (DILTHEY, 2002). Primordial é a conexão vivida, dada de modo inequívoco na vivência *Erlebnis* (HUSSERL, 1973b). A compreensão (GADAMER, 2004; RICOEUR, 1974, 1963) se dá a partir das experiências vivenciadas, ou vividas. A subjetividade possui uma vantagem metodológica, na fenomenologia, e na hermenêutica, visto que sua experiência psíquica acontece de um modo vivo na realidade vivida (HUSSERL, 1973b; RICOEUR, 1963). A vivência husserliana oferece o recorte científico da realidade, que se faz também psicológica, histórica e social a um só tempo. Como propósito de uma análise também histórica e calcada na compreensão da tradição (GADAMER, 2004). Uma psicologia descritiva do trabalho vai ao encontro dos componentes e

nexos (DILTHEY, 2002), os quais se apresentam na vida psíquica, interligados numa textura que não pode ser explicada pelo pensamento objetivista, mas tão somente compreendida na experiência vivida como *Erlebnis* – termo empregado por Edmund Husserl e Wilhelm Dilthey.

A realidade da vida psíquica excede a realidade objetiva transcrita em hipóteses, teorias e causalismos. Trata-se de uma realidade integral, unificada, que pode, por meios específicos, ser analisada, descrita e compreendida. Na experiência vivida, verifica-se algo diferenciado que não possui objeto análogo nas explicações das ciências da natureza. A vida psíquica se materializa no mundo natural, mas de uma forma distinta dos processos naturais. Não se vai encontrar no cérebro um fluxo físico de símbolos e informações que corresponda ao processo criativo de um trabalhador (SMITH, 1999). O processo é puramente vivido, fenomenológico e sem correspondência fisicalista ou causalista (PACHERIE, 1999). Não se tem como transpor para a vida psíquica uma conexão natural externa (DILTHEY, 2002).

No entanto, pode-se avaliar e reconhecer os produtos objetivos da vida psíquica. O trabalho – o seu produto (obra) – é uma prova disso. De forma mais romântica, temos a comprovação pela expressão da literatura, das artes plásticas, do cinema, e em todas as realizações históricas artísticas (GADAMER, 2004) enquanto produtos de uma vida psíquica que se objetivou. Não enquanto produtos da natureza, porém, como frutos de forças internas, de natureza psíquica, estruturadas em elementos psíquicos e segundo suas leis particulares (DILTHEY, 2002).

No caso do impedimento da objetivação (materialização) da vida psíquica no plano material (P e S da Figura 2), os resultados são danosos para a saúde mental do sujeito e, entretanto, por mais que as ciências médicas (objetivas) busquem explicar o processo em termos objetivos e causais, nada vão encontrar. Pelo simples fato de que a anomalia do fluxo de vida, que não pode se projetar livremente no mundo material, não tem como ser transcrita como um processo patológico em linguagem médica (CANGUILHEM, 1997), visto não encontrar correspondente natural nos processos fisiológicos. Ainda que a própria medicina negue esse fato, o problema está na experiência puramente vivenciada, na vivência ou *Erlebnis* (HUSSERL, 1973a; DILTHEY, 2002), na vida psíquica com sua duração própria (BERGSON, 2007, 2004), e não no aparato fisiológico do corpo como objeto de mensurações objetivistas, ainda que o corpo possa manifestar concretamente sintomas e acometimentos oriundos da vida psíquica. E não se trata aqui de somatização: é o bloqueio do

ser ou da pre-sença, impedimento de uma necessidade vital do sujeito de se fazer vivo no seu ambiente circundante, pela projeção de si próprio na obra e de, posteriormente, auferir o prazer do seu reconhecimento social.

O problema não diz respeito a um dado processo de produção específico, mas a qualquer contexto em que se verifique o bloqueio do ser pelo trabalho. Não podemos generalizar que o sistema capitalista de produção taylorista/fordista era mais “bloqueador” da autonomia existencial em relação ao modelo sueco (volvismo) ou japonês (sistema Toyota), por exemplo. Isso se deve ao fato crucial de que o problema não está posto apenas pelas características de um processo de produção/trabalho mais ou menos parcelado, mais ou menos coletivo e/ou individual.

Ou seja, a questão central está na simbiose cognitivo-psíquica da vinculação do sujeito ao seu mundo externo (de trabalho). Mais importante é reforçar, também, que o problema não está no sujeito e não é do sujeito (subjativismo). Analisar o sujeito isolado do processo de trabalho e de produção, e o processo isolado do sujeito, é cometer grave equívoco ontológico, haja vista que estamos no cerne de uma simbiose entre processos cognitivos e psíquicos que enlaçam sujeito e mundo circundante (THOMPSON, 2005). Cada situação de trabalho, com cada sujeito singular, em cada interação com seu *universo de recorte* pela atuação corporificada – *Umwelt* (MERLEAU-PONTY, 1995) – são, portanto, únicos, e não se tem como tratar essa questão na generalidade de processos inteiros, ou de “tipos de indivíduos” classificados em categorias (como as da psicopatologia clássica).

O problema, novamente, se dá na dimensão da vivência, do puramente vivenciado e, por conseguinte, como não existe uma vivência (*Erlebnis*) como outra, nem uma forma de inserção no mundo – *estar-no-mundo* da fenomenologia (HEIDEGGER, 2005) – idêntica a outra, o problema recai no âmbito do singular, do específico, do caso-a-caso concreto, e não na abstração de modelos globalizantes, generalizadores, das realidades social ou psicológica construídas com base em categorias abstratas genéricas.

Pela Figura 3, temos uma modelagem da simbiose cognitivo-psíquica no trabalho e sua relação com a saúde mental. Ressalta-se que não se trata de um modelo generalizante, o que pode ser observado pelos elementos da ilustração a seguir, os quais remetem toda situação para uma abordagem em seu aspecto singular da relação, única, entre sujeito e seu mundo circundante

(acoplamento estrutural), em suas coordenadas cognitivas e psíquicas (e afetivas).

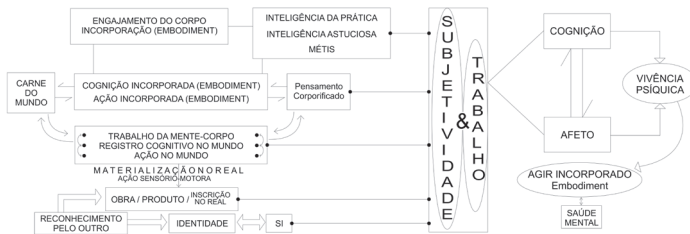


Figura 3 - Simbiose cognitivo-psíquica e saúde mental

Vemos, por essa figura, que o corpo se anexa ao mundo pelo *embodiment* (THOMPSON, 2005), ou seja, cognição e ação incorporadas (sensório-motoras). Pela discussão tecida ao longo deste texto, já vimos que, por meio destas, na atividade de trabalho, o sujeito projeta parte de sua vida interior no seu mundo concreto de atuação. Trata-se também de seu registro cognitivo no mundo, por intermédio da ação incorporada (sensório-motora), que conduz à concretização da obra, ou produto do trabalho, inscrito no real. Uma partilha com o que Merleau-Ponty denomina, em seus últimos trabalhos, “carne do mundo” (MERLEAU-PONTY, 1964). Como no caso da percepção de um ruído numa máquina, estamos no terreno do tácito, do implícito (inteligência astuciosa, da prática), e mesmo assim, trata-se também de uma obra; no caso, de “detecção sensório-motora (auditiva) do indício de uma pane”, por exemplo.

Como bem característico da noção de real do trabalho (DEJOURS, 2009), estamos na parcela da realidade que não pode ser vista ou enxergada como se vê ou se enxerga uma pedra ou um tijolo. O real sempre resiste às tentativas de simbolização e registro nas linguagens convencionais. Ainda que tácita (embora algumas vezes objetiva e visível), a obra existe e pode ser julgada e reconhecida como útil ou bela, em circunstâncias específicas. Esse reconhecimento faz-se necessário para a consolidação da identidade e do próprio si.

Na parte direita da Figura 3, vemos, pois, que os elementos que compõem o grande quadro da relação subjetividade & trabalho são a inteligência da prática ou astuciosa, o pensamento corporificado, o registro cognitivo no mundo pela

ação incorporada (sensório-motora) e o reconhecimento da obra (inscrição de si no real) pelo Outro. Na extremidade direita dessa figura, temos então a síntese desta simbiose cognitivo-psíquica, a qual consiste, resumidamente, em cognição e afeto na duração da vivência psíquica (unidade integradora), que se materializa pelo *embodiment*, ou agir incorporado e, finalmente, consiste na verdadeira base da saúde mental.

A DIMENSÃO SOCIAL DA SUBJETIVIDADE

Embora possamos associar a subjetividade a uma dimensão ontológica interior que, como temos discutido, envolve não apenas a vida afetiva (o tempo, o virtual), mas também o espaço atual dos fenômenos cognitivos – desde o saber-fazer incorporado, tácito e suas formas de interação com o mundo circundante de acoplamento sujeito-mundo; a engeniosidade; as habilidades incorporadas (ou sensório-motor do ponto S bergsoniano no Plano material P); a inteligência astuciosa – a subjetividade, desde a sua gênese, passando pelo seu desenvolvimento (que nunca tem fim), envolve a dimensão social.

Todos os elementos anteriormente elencados, associados à noção de subjetividade (cognitivos e psíquicos, que se interligam e se inter-relacionam na forma de mútua especificação, recorrente, na noção de simbiose cognitivo-psíquica), possuem uma estrutura que somente se engendra ao longo de uma história de inclusão social. Mais elementarmente falando, o vínculo eu-Outro, unidade básica de uma análise social, é que vai constituir o próprio eu e suas potencialidades subjetivas.

Um terceiro elemento dessa dimensão, ontológica, social, da subjetividade, é o real, para o qual já oferecemos uma caracterização. O acesso ao real, pelo sujeito, é mediado pelo trabalho, e o reconhecimento do resultado (a obra) carece do olhar do Outro. Sem o olhar do outro, ou seja, sem reconhecimento do trabalho, o sujeito se perde num mar infundável do solipsismo agudo, no qual não encontra sua própria imagem, e a imagem de sua obra permanece opaca e fugidia. Corre o risco, nesse caso, da crise de identidade, uma vez que, como sabemos, é necessário transferir o reconhecimento do produto do trabalho pelo Outro (social) para a esfera de consolidação da própria identidade. A Figura 4 apresenta a tríade da dimensão social da subjetividade.

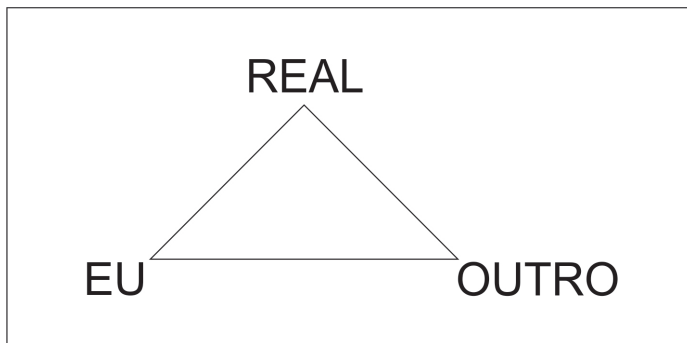


Figura 4 – A unidade tríplice eu, real e o Outro.

Por mais que a obra (produto do trabalho) esteja “bem feita”, bela e útil, persiste, no eu, um vazio sem completude, uma carência perpétua, que apenas pode ser satisfeita pelo reconhecimento, da obra (não do eu) por parte do Outro. Julgamentos de beleza e de utilidade (DEJOURS, 2009) da obra (trabalho) são sempre atribuições de um Outro. Ou seja, o sujeito sempre está incompleto e necessita do olhar do outro para constituir a sua própria identidade.

Ponto relevante aqui é o fato, igualmente ontológico, que o olhar do Outro, o seu reconhecimento, jamais é direto sobre o sujeito em si (eu), mas sempre, univocamente, sobre sua obra – o produto do seu trabalho. Portanto, o processo social de consolidação da identidade é um fenômeno mediado, invariavelmente, uma transposição do reconhecimento da obra para a condensação do próprio eu. Não existe reconhecimento direto do eu. O eu não é, nunca, jamais visto pelo Outro, mas o produto de seu estar-no-mundo, suas marcas objetivadas no real como frutos de sua interioridade, de sua vida psíquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há situações deveras nocivas para a subjetividade, que podem colocar em crise a saúde mental, precisamente quando o eu fica isolado em um mundo solipsista de intercâmbio produtivo com o real: na ausência do olhar do Outro, ou seja, quando falta o reconhecimento da obra, desse olhar social sobre o fruto do trabalho. Nesses casos, podemos verificar desde um desconforto subjetivo, vivenciado pelo sujeito, até a descompensação psicopatológica. Para concluir parte das contribuições filosóficas e teóricas deste artigo, apresentamos, como

arremate final do problema, a Figura 5, a qual ilustra esta situação aqui tratada, em que, se não houver o intercâmbio eu-outro para o reconhecimento do que é realizado pelo sujeito no real (a obra, os resultados do trabalho), pode emergir a patologia mental.

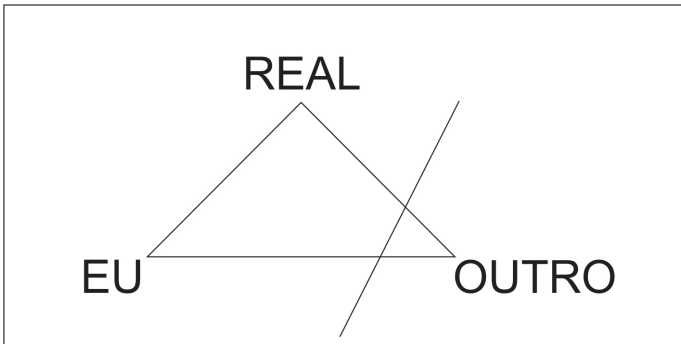


Figura 5 – Ausência de reconhecimento do produto do trabalho (obra)

Na situação descrita na Figura 5, o eu mantém uma relação legítima e direta sobre o real. Em seu trabalho de mobilizar a vida interior para construir o útil e o belo, os frutos se tornam objetivados no mundo material. No entanto, eles carecem de reconhecimento, ou seja, dos julgamentos de beleza e de utilidade pelo olhar do Outro. Como consequência, o sujeito se perde em seu vínculo com o real – seu acoplamento sujeito-mundo. Sempre vai prevalecer a angústia e a solidão, nesse caso, devido à barra na parte direita da figura, que representa o bloqueio do Olhar do outro sobre a obra realizada pelo eu no real. Como destacamos, a identidade fica à deriva, ao não auferir o privilégio de sua consolidação pelo reconhecimento do trabalho. Um eu sem reconhecimento de seu esforço sobre o real, para elaborar o belo e o útil, torna-se um fantasma vagante por uma penumbra de dúvida, incerteza, desconhecimento, opacidade quanto a si mesmo e quanto ao seu trabalho. Em muitos casos, isso remete o sujeito à patologia mental.

A concepção de Henri Bergson quanto às inter-relações entre duração, vida psíquica e cognição (percepção e sensório-motricidade), sob o enfoque de uma fenomenologia ontológica husserliana e merleau-pontyana, demonstrou ser, conforme aqui discutido, imprescindível para a compreensão do problema de pesquisa ora proposto.

BOUYER, Gilbert Cardoso. Henri Bergson and the link cognitive – psychic in the “subjectivity & work” relation. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 37, n. 1, p. 105-128, Jan./Abr., 2014.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to amplify the current theoretical scenario of “Mental Health and Work” area, according to the Henri Bergson’s philosophy and his concepts of perception, cognition, duration, psychic life, time and subjectivity. This theoretical-philosophical article aims to shed new light on the relations between philosophy of mind and present-day efforts toward a scientific theory of cognition, with its complex structure of theories, hypotheses and disciplines. There is in this paper a new approach to understand the contemporary cognitive sciences in a kind of phenomenological investigation initiated by Husserl’s phenomenology. The methods employed were the systematic review and adaptation of Bergson’s concepts, and its naturalization in the actual context of epistemological and ontological principles of cognitive sciences, to phenomenological analysis of “work-mental health” links. The current contributions of the Husserl’s Phenomenology were used to understand the relations between mental health and work. There are also references to philosophy applied in contemporary cognitive sciences based on Bergson’s theoretic-philosophical proposal.

KEYWORDS: Cognitive Sciences. Henri Bergson. Husserl’s Phenomenology.

REFERÊNCIAS

- AMADO, G. Subjectivité limitée, travail et résonance psychique. In: CLOT, Yves; LHUILIER, Dominique (Ed.). *Travail et santé: ouvertures cliniques*. Paris: Érès, 2010. p.65-77.
- AMARAL, M. N. C. P. Dilthey – conceito de vivência e os limites da compreensão nas ciências do espírito. *Trans/Form/Ação*, v.27, n.2, p.51-73, 2004.
- ARENDT, Ronald J.J. O desenvolvimento cognitivo do ponto de vista da enação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.13, n.2, p.223-231, 2000.
- BATIONO-TILLON, Anne; FOLCHER, Viviane; RABARDEL, Pierre. Les artefacts transitionnels: une proposition pour étudier la diachronie des activités narratives. *Activités*, v. 7, n. 2, p. 63-83, 2010.
- BERGSON, Henri. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- BERGSON, Henri. *La pensée et le mouvant*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.
- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- CANGUILHEM, Georges. *Le normal et le pathologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- CHALMERS, Alan F. *What is this thing called science?* Indianapolis: Hackett, 1999.
- CLOT, Yves. *Travail et pouvoir d’agir*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.
- CLOT, Yves. *La fonction psychologique du travail*. 4. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

- CLOT, Yves. *Le travail sans l'homme?* Pour une psychologie des milieux de travail et de vie. Paris: Éditions La Découverte, 1995.
- CLOT, Yves; LHUILIER, Dominique (Ed.). *Travail et santé: ouvertures cliniques*. Paris: Érès, 2010.
- DEJOURS, Christophe. *Travail vivant 1. Sexualité et travail*. Paris: Payot & Rivages, 2009.
- DEJOURS, Christophe. *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: Fundap-FGV, 1999.
- DEJOURS, Christophe. *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DELEUZE, Gilles. *Le bergsonisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- DERRIDA, Jaques. *La voix et le phenomene*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- DERRIENNIC, F; VÉZINA, M. Organisation du travail et santé mentale: approches épidémiologiques. *Travailler*, v.1, n.5, p.7-22, 2001.
- DILTHEY, Wilhelm. *Psicologia e compreensão: ideias para uma psicologia descritiva e analítica*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- FERNANDEZ-ZOÏLA, A. Travail et intrasubjectivité. *Travailler*, v.1, n.5, p.199-205, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- GORZ, André. *Métamorphoses du travail: critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- GUÉRIN, François et al. *Comprendre le travail pour le transformer*. Paris: Éditions de l'ANACT, 1997.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo – Parte I*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HUSSERL, Edmund. *Ding und Raum: Vorlesungen*. Hague: M. Nijhoff, 1973a.
- HUSSERL, Edmund. *Husserliana: Zur Phänomenologie der Intersubjektivität III*. Hague: M. Nijhoff, 1973b.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- LE MOIGNE, J. Sobre a modelização da complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000. p.219-247.
- LINHART, D. Subjectivité collective et travail. In: CLOT, Yves; LHUILIER, Dominique (Ed.). *Travail et santé: ouvertures cliniques*. Paris: Érès, 2010. p.65-77.
- LUTZ, Antoine et al. Guiding the study of brain dynamics by using first-person data: Synchrony patterns correlate with ongoing conscious states during a simple visual task. *Journal Consciousness Study*, v.1, p.1-6, 2001.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 2005.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *La nature*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Le visible et l'invisible*. Paris: Gallimard, 1964.
- MORIN, Edgar. Complexidade: os desafios do método. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, J. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000. p.90-138.
- MORIN, Edgar. *Introduction à la pensée complexe*. 3. ed. Paris: ESF, 1990.
- MORIN, Edgar. *Science avec conscience*. Paris: Fayard, 1982.
- PACHERIE, Elisabeth. *Leibhaftigkeit* and representational theories. In: PETITOT, Jean; VARELA, Francisco J.; PACHOUD, Bernard; ROY, Jean-Michel. *Naturalizing phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford: Stanford University Press, 1999. p.148-160.
- PACHOUD, Bernard. The teleological dimension of perceptual and motor intentionality. In: PETITOT, Jean; VARELA, Francisco J.; PACHOUD, Bernard; ROY, Jean-Michel. *Naturalizing phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford: Stanford University Press, 1999. p. 196-219.
- PETITOT, Jean; VARELA, Francisco J.; PACHOUD, Bernard; ROY, Jean-Michel. *Naturalizing phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- RENAULT, E. *Souffrances sociales*. Paris: La Découverte, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Le conflit des interprétations: essais d'herméneutique*. Paris: Seuil, 1974.
- RICOEUR, Paul. Structure et herméneutique. *Esprit*, n.2, p. 596-627, 1963.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e valor. *Tempo Social: revista social USP*, v. 8, n. 2, p. 147-158, 1996.
- SEARLE, John R. *The rediscovery of the Mind*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- SEARLE, John R. *Intentionality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SENNETT, Richard. *The Corrosion of Character*. New York: WW Norton, 1998.
- SMITH, D. W. Intentionality naturalized? PETITOT, Jean; VARELA, Francisco J.; PACHOUD, Bernard; ROY, Jean-Michel. *Naturalizing phenomenology: issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford: Stanford University Press, 1999. p. 83-110.
- THOMPSON, E. Sensorimotor subjectivity and the enactive approach to experience. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 6, n. 3, p. 6-27, 2005.
- VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The Embodied Mind: Cognitive science and human experience*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- VASCONCELOS, R.C. et al. Aspectos de complexidade do trabalho de coletores de lixo domiciliar: a gestão da variabilidade do trabalho na rua. *Gestão & Produção*, v. 15, n. 2, p. 407-419, 2008.

Submissão: 28/01/2013

Acceto em: 23/05/2013